

MIGRAÇÕES INTERNAS E INTERNACIONAIS NO BRASIL

panorama deste século

Teresa Sales*
Rosana Baeninger*

INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX, o Brasil passou por importantes mudanças em sua população, que era constituída de 17 milhões de habitantes, em 1900, passando para 157 milhões em 1996, e estimando-se 164 milhões no ano 2000. Esse crescimento foi acompanhado não somente por significativas mudanças nos perfis da mortalidade e da fecundidade, mas também nos rearranjos espaciais entre o rural e o urbano, refletindo-se nas novas formas de distribuição regional da população propiciado pelas migrações internas. A composição da população brasileira também recebeu neste século um influxo importante das correntes de imigração de outros países, iniciadas a partir de meados do século XIX e concentradas sobretudo no centro-sul do país.

A mobilidade espacial da população no território nacional insere-se num contexto mais amplo de transformações da sociedade em seu conjunto. Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, políticos e demográficos tiveram rebatimentos nos processos de redistribuição da população e de urbanização, contribuindo para a transferência de enormes contingentes populacionais entre áreas rurais, entre áreas rurais e urbanas e, atualmente, entre áreas urbanas (Martine, 1990).

Já na Colônia e no Império, com a dinâmica econômica assentada nos ciclos de atividade primário-exportadora, os deslocamentos de população propiciaram a ocupação do território, apesar das distintas formas de povoamento (Prado Junior,

1945; Furtado, 1970). Ressalte-se que, com a lavoura açucareira, o número de escravos entrados no Brasil, entre 1550 a 1850, chegou a cerca de 3 milhões de africanos (Goulart, 1950). Juntando-se os vários ciclos econômicos baseados no trabalho escravo, onde se destacam, além da lavoura açucareira, a economia mineira e a lavoura do café, foram no total cerca de 4 milhões de escravos que entraram no Brasil desde o início do tráfico até 1850¹.

Segundo Martine (1990), a questão migratória central que se coloca nesse período “é se os deslocamentos sucessivos do eixo dinâmico eram acompanhados, ou não, por transferências de população de uma para outra região”. Esta ainda é uma questão pendente e não parece ter sido resolvida satisfatoriamente, pois, ainda segundo Martine, posições opostas podem ser encontradas na literatura. Algumas passagens pontuais da bibliografia apontam para possíveis migrações internas no Brasil neste período. Em Prado Junior (1945), por exemplo, pode-se encontrar a indicação de migrações de escravos provenientes de regiões onde as lavouras canavieiras entravam em decadência, como as do Nordeste, para as lavouras de açúcar das províncias do Sul. De fato, em Lapa (1991) pode-se encontrar anúncios, em jornais de Campinas, como este: “vende-se 12 bonitos escravos de 12 a 20 anos, *todos do Ceará*” (grifo nosso) “É possível portanto que cada ciclo econômico tenha mobilizado importantes contingentes populacionais e que, passado seu auge, esta população tenha continuado sobrevivendo,

provavelmente numa área maior, contribuindo para a ocupação do território” (Faria, 1973:95). Desse modo, os diferentes espaços geográficos de cada ciclo econômico teriam propiciado o surgimento de novos núcleos e cidades (Cano, 1989), mobilizando populações locais, regionais e, em alguns casos, inter-regionais.

A tendência a uma maior mobilidade espacial da população no Brasil, no entanto, foi mais evidente com o final do Império e com a abolição da escravatura, que coincidem com a imigração europeia maciça para São Paulo, e com a expansão cafeeira do período 1880-1930. Vários autores escreveram importantes trabalhos sobre as migrações **internas e/ou internacionais** do Brasil nesse período, entre os quais pode-se citar especialmente: Balán, 1974; Merrick e Graham, 1979; Graham e Buarque de Hollanda, 1971; Martine, 1990.

Esse artigo busca fornecer um panorama geral dos movimentos populacionais observados no Brasil no século XX. Pela enorme abrangência do assunto, esse panorama é apresentado de forma bastante resumida, remetendo-se o leitor aos principais autores que estudaram cada período ou aspecto de nossa história migratória. Inicia-se pelas grandes migrações ocorridas na passagem do século. Aborda-se em seguida as migrações internas em várias de suas facetas: as migrações inter-regionais, o êxodo rural, a urbanização, as migrações de fronteira, de curta distância, de retorno e intrametropolitanas. Encerra-se o artigo com uma análise das migrações

internacionais recentes, em que o Brasil experimenta, pela primeira vez em sua história, a emigração para países estrangeiros. Nesse contexto migratório atual, por sua vez, cidades como São Paulo passam a receber imigrantes de outros países, especialmente asiáticos e latino-americanos.

O BRASIL COMO DESTINO NAS GRANDES MIGRAÇÕES DE 1880-1930

No período 1880-1930, o País assistiu a entrada de 3.993.766 imigrantes estrangeiros (Levy, 1973). A partir da segunda metade do século XIX, a implantação da cultura do café conduziu a essa expressiva imigração europeia, particularmente com destino a São Paulo (Merrick e Graham, 1979; Levy, 1973; Camargo, 1981). Vale dizer que, além da cultura cafeeira, os projetos de colonização agrícola com a finalidade de povoamento e defesa do território, implantados nos Estados do Sul do país, também motivaram a vinda de imigrantes estrangeiros a partir de meados do século XIX, sobretudo de imigrantes alemães e italianos.

Essas migrações para o Brasil ocorrem no bôjo das grandes migrações da Europa para as Américas que aconteceram nesse período, relacionadas às mudanças populacionais configuradas na transição demográfica (Klein, 1999) e às transformações econômicas que levaram a grandes expulsões de populações rurais decorrentes do desenvolvimento capitalista da Europa naquele período (Alvim, 1986).

Apesar de ter havido imigração estrangeira para o Brasil desde as primeiras décadas do século XIX, sobretudo originárias de Portugal, essas foram de pequenas proporções. Segundo Levy (1973:74), apenas 350.117 estrangeiros entraram no Brasil entre 1820 e 1876. "Foi somente a partir de meados dos anos 70 do século XIX e, sobretudo após a abolição da escravidão, que a migração internacional para o Brasil ganhou força. E uma grande onda migratória constituída de europeus e asiáticos introduziu em terras brasileiras cerca de cinco milhões de imigrantes" (Bassanezi, 1995:3)

A Tabela 1 apresentada a seguir mostra evolução dessa entrada de imigrantes no período de um século desde 1872 até 1972. Pode-se observar por esses dados que o maior influxo de imigrantes se deu na década de 1890/1899. A partir de 1930 a imigração decresce, tendo um novo influxo (que não chega aos níveis do final e começo dos séculos XIX e XX) apenas no período do pós- II Guerra.

Esses números expressam mais que tudo a expansão do trabalho assalariado imigrante em substituição ao trabalho livre na cafeicultura do Estado de São Paulo a partir da política de subsídios, da qual se beneficiaria sobretudo a região do Oeste Paulista.

A imigração estrangeira, sobretudo para São Paulo, desempenhou importante papel na vida econômica e social do País, onde se destaca o assalariamento da força de trabalho em substituição ao trabalho escravo (Balán, 1974). Esse movimento

imigratório, por sua vez, teve impactos indiretos significativos nas migrações internas no Brasil, podendo ter inibido deslocamentos de mão-de-obra nacional (Martine, 1990).

Desses 5.350.889 imigrantes² chegados ao Brasil nesse período de um século, as principais nacionalidades foram, ainda segundo a pesquisa de Levy (1973):

Portugal	1.662.180 (31,1%)
Itália	1.622.491 (30,3%)
Espanha	716.052 (13,4%)
Japão	248.007 (4,6%)
Alemanha	223.517 (4,2%)
Outros	878.642 (16,4%)

Portugal e Itália são, portanto, os principais países de origem dos imigrantes nesse período das Grandes Migrações. Um fato a ser assinalado é que a proporção de imigrantes sobre o total da população brasileira girou em torno de 6% na passagem do século XIX para o XX, mantendo-se nas primeiras décadas deste. Se for tomado apenas o Estado de São Paulo, onde houve a maior concentração desses imigrantes estrangeiros, sua proporção em relação à população do Estado foi de 21%, 18% e 11% nos anos de 1900, 1920 e 1940 respectivamente (Bassanezi, 1995:9).

Como já destacado, essa etapa da imigração estrangeira da virada do século XIX até 1930, caracterizada como um movimento subsidiado e que veio a fornecer 'braços para a lavoura', contribuiu enormemente para a conformação da estrutura da sociedade brasileira. Somaram-se aos italianos, alemães, espanhóis e portugueses chegados nessa etapa, os japoneses (que entraram entre 1932-1935) e, posteriormente, os libaneses, gregos e novas levadas de espanhóis da década de 50, que inseriram-se no setor industrial em expansão (Jordão Netto e Bosco, 1963).

A concentração dos imigrantes nas regiões Sudeste e Sul é um fato histórico importante na constituição populacional de nosso país. Pelos dados dos Censos Demográficos pode-se observar que já em 1872, 84% dos imigrantes se concentravam nessas duas regiões, concentração essa que chega a 97% em 1900, permanecendo em torno de 94% nos anos subsequentes até o ano de 1980.

As migrações nesse período é um as-

TABELA 1 - Entrada de Imigrantes Estrangeiros - Brasil, 1872-1972

Período	Volume	Distribuição Relativa (%)
1872 - 1879	176.337	3,3
1880 - 1889	448.662	8,4
1880 - 1899	1.198.327	22,4
1900 - 1909	622.407	11,6
1910 - 1919	815.453	15,3
1920 - 1929	846.647	15,8
1930 - 1939	332.768	6,2
1940 - 1949	114.085	2,1
1950 - 1959	583.068	10,9
1960 - 1969	197.587	3,7
1970 - 1972	15.558	0,3
1872 - 1972	5.350.889	100

Fonte: Levy (1973)

sunto que dispõe de extensa bibliografia. Pela ótica da história, há uma bibliografia comentada da imigração para São Paulo (Fausto, 1991). Do ponto de vista demográfico, Balán (1974:74) sumaria os seguintes deslocamentos populacionais registrados no País, do final do século XIX até os anos 30 do século XX:

- 1) *migração de escravos*;
- 2) *imigração estrangeira*, com os tipos a) colonização em novas áreas em pequena propriedade, b) contratação via parceria, c) imigração subsidiada, via colonato, d) imigração livre, sem subsídios ou intervenção estatal ou de companhias de colonização;
- 3) *migração inter-regional de mão-de-obra livre*;
- 4) *migrações para áreas de economia de subsistência*;
- 5) *migração livre em direção a produção de borracha na Amazônia*;
- 6) *migração de negros libertos*, substituídos por imigrantes estrangeiros. O autor conclui que, particularmente no final do século XIX, a migração era altíssima, talvez a mais alta em toda a história contemporânea do País.

Com a imigração estrangeira diminuindo progressivamente a partir de 1930, as próximas etapas da economia contaria sobretudo com a participação das migrações internas para suprir a necessidade de mão-de-obra (Sales, 1992).

O IMPULSO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS

A crise econômica mundial em 1929, e a conseqüente crise do café, exigiu a passagem para outro tipo de desenvolvimen-

to econômico. A acumulação cafeeira permitiu que o excedente gerado passasse a ser aplicado em investimentos urbanos e industriais (Cano, 1977). Nessa etapa, decresceu consideravelmente a entrada de estrangeiros, ao mesmo tempo, em que aqueles das áreas cafeeiras rurais transferiram-se para áreas urbanas (Morse, 1965).

A incipiente economia industrial que se processava, a partir de 1930, impunha novos padrões de urbanização, através da integração econômica, intercâmbio entre as regiões e desenvolvimento do mercado nacional. Os planos de desenvolvimento industrial, por sua vez, exigiram a unificação do mercado e sua articulação. Nesse contexto, foram criadas e ampliadas as vias de transporte para a interligação entre os mercados regionais, propiciando a expansão da rede urbana em todas as regiões do Brasil (Cano, 1977; Faria, 1973; Singer, 1968; Balán, 1974; Lopes, 1980). O processo de localização e concentração industrial tendeu a implantar-se nos maiores centros urbanos da Região Sudeste, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

As migrações internas, entre 1930-1950, seguiram, basicamente, duas vertentes: os deslocamentos rumo às fronteiras agrícolas (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão) e rumo aos centros industriais do Sudeste, com o modelo de industrialização via substituição de importações. Esse período foi marcado pela crescente migração rural-urbana, estimando-se um êxodo rural em nível nacional em torno de 3 milhões de pessoas, nos anos 40 (Tabela 2). A estagnação de áreas agrícolas tradicionais, indiretamente provocada pela própria concentração industrial (Lopes, 1980),

contribuíram, por outro lado, para as migrações internas em direção às fronteiras agrícolas (Martine, 1990).

Nesse contexto, assistiu-se a intensificação do processo de urbanização no País. De fato, tem-se observado no Brasil, desde os anos 40, aumento significativo de sua população urbana. Em 1940, 12,8 milhões de pessoas residiam no meio urbano, sendo que a população rural ainda representava 69% do total nacional (Tabela 3); mesmo assim a taxa de crescimento das áreas urbanas foi mais elevada: 3,84% a.a. contra 1,58% a.a. das zonas rurais.

O enorme esvaziamento do campo que se operava, a partir dos anos 50, levou a aceleração do processo de urbanização; a taxa de crescimento da população urbana passou para 5,32% a.a. entre 1950-60. O impacto da transferência de população rural para o meio urbano se fez sentir de maneira mais acentuada nos anos 50, uma vez que a base demográfica não era tão extensa; à medida que essa base foi se alargando, o impacto dessa população foi diminuindo. Apesar da ligeira diminuição no ritmo de crescimento da população urbana, esta passou a representar, em 1950, 36,2% da população brasileira, elevando-se para 44,9%, em 1960.

Esse incremento da população urbana foi conseqüência, basicamente, de três fatores: do próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas; da migração com destino urbano; e da expansão do perímetro urbano de muitas localidades, antigamente consideradas rurais. Em contrapartida, a população rural vem apresentando participação cada vez menor no conjunto da população brasileira. Os anos 50, como já destacado, marcaram uma mudança ex-

Período	Volume Rural-Urbano (milhões)
1940 - 1950	3,0
1950 - 1960	7,0
1960 - 1970	12,8
1970 - 1980	15,6

Fonte: Martine (1990:22)

Ano	População (em milhares)			Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	41.236	12.880	28.356	2,33	3,84	1,58
1950	51.994	18.783	33.162	3,05	5,32	1,54
1960	70.191	31.534	38.657			

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1960

pressiva na distribuição da população no País: a taxa de crescimento da população rural passara de 1,54% a.a., entre 1950-60 para 0,60 % a.a., no período seguinte.

O novo padrão de desenvolvimento econômico adotado pós-1956, industrialização pesada, contribuiu para um enorme avanço no processo de urbanização e industrialização no País, bem como a unificação do mercado interno e sua articulação (Cano, 1988), promovendo, desse modo, profundas modificações na configuração do espaço e na redistribuição da população. Martine (1990:21-22) afirma que "a tecnificação incipiente da agricultura na década de 50, conjugada a transformações de ordem social e demográfica, combinou para elevar a migração de origem rural (...) em torno de 7 milhões de pessoas".

Ainda nos anos 50, no entanto, a ocupação das áreas de fronteira agrícola (Paraná, Faixa Central do Centro-Oeste até o Maranhão) desempenhou um importante papel na interiorização do território, com os fluxos rural-rural contribuindo para amortecer as migrações para as áreas urbanas.

ÊXODO RURAL E URBANIZAÇÃO

A partir da segunda metade dos anos 60, iniciou-se o processo de industrialização do campo, com a subordinação da agricultura à indústria, tecnificação e modernização agrícola (Müller, 1985), contribuindo para o crescimento da saída de população do meio rural. Além disso, já deslanchava nesse período o processo de esgotamento das antigas áreas de fronteiras, resultando num êxodo rural em torno de 12,8 milhões de pessoas, entre 1960-1970 (Martine, 1990:22). De outro lado, as mudanças ocorridas na estrutura produtiva nacional pós-60 implicaram desenvolvimento mais acentuado do setor secundário, com a industrialização pesada constituindo um parque produtor diversificado.

Nesse contexto, com as migrações em direção às cidades, principalmente, assistiu-se à intensificação do processo de urbanização no País, passando a população urbana de 31,5 milhões de habitantes, em 1960, para 52 milhões, em 1970. Os anos 60 marcaram a inversão da sociedade pre-

Ano	População (em milhares)			Taxas de Crescimento (% a.a.)			Grau
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Urbaniz.
1960	70.191	31.534	38.657				44,9
1970	93.139	52.084	41.054	2,87	5,15	0,60	55,9
1980	119.002	80.436	38.566	2,48	4,44	-0,62	67,6
1991	146.917	110.876	36.042	1,93	2,96	-0,66	75,5
1996	157.080	123.082	33.997	1,35	2,11	-1,16	78,4

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991 e Contagem da População de 1996.

dominantemente rural para a urbana; com mais de 50 milhões de habitantes vivendo no meio urbano e com uma taxa de crescimento elevada (4,4% a. a.); tendo o Brasil registrado em 1970, mais da metade de sua população em localidades urbanas (55,9% do total da população). As décadas seguintes confirmaram esta tendência, chegando o País, em 1996, a 123 milhões de pessoas residindo em áreas urbanas, o que correspondeu a 78,4% do total (Tabela 4).

O avanço no processo de urbanização no País, entretanto, não atingiu todas as regiões de forma homogênea, de modo que os contrastes socioeconômicos prevalentes no território nacional refletiram-se no âmbito da urbanização. Em 1960, por

exemplo, quando a média nacional apontava 45% de sua população morando em áreas urbanas, somente a Região Sudeste registrava população urbana superior a 50%, ao passo que no Nordeste essa participação chegava apenas a 34%. A acentuada urbanização que se processava contribuiu para que, a partir de 1980, em todas as grandes regiões, mais da metade de suas populações estivessem residindo em áreas urbanas (Tabela 5). Apesar disso, em 1996, enquanto o Sudeste registrava um grau de urbanização de quase 90%, no Norte e Nordeste este situava-se em torno de 60%, demonstrando etapas distintas de tais regiões no processo de urbanização do Brasil.

Quanto à população rural, a Região

Indicadores	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.-Oeste
<i>Grau de Urbanização (%)</i>						
1950	36,2	31,5	26,4	47,5	29,5	24,4
1960	44,9	37,4	33,9	57,0	37,1	34,2
1970	55,9	42,6	41,8	72,7	44,3	50,7
1980	67,6	50,3	50,5	82,8	62,4	70,8
1991	75,5	59,0	60,6	88,0	74,1	81,3
1996	78,4	62,3	65,2	89,3	77,2	84,4
<i>Taxas de Crescimento População Rural (%)</i>						
1940-50	1,58	1,80	1,84	0,64	2,97	2,98
1950-60	1,54	2,37	1,02	1,06	2,90	3,89
1960-70	0,60	2,11	1,10	-1,88	2,20	3,14
1970-80	-0,62	3,35	0,52	-1,99	-2,48	-1,24
1980-91	-0,67	2,04	-0,28	-1,52	-2,01	-1,05
1991-96	-1,05	0,69	-1,40	-0,91	-1,31	-1,49

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991 e Contagem da Populacional de 1996.

Norte foi a única a apresentar, no período 1970-1980, significativa taxa de crescimento: 3,35% a.a., devido à fronteira amazônica. O Nordeste rural cresceu a uma taxa também positiva, embora pequena, de 0,52% a.a. As demais regiões acompanharam a tendência nacional: todas apresentaram taxas negativas para os seus continentes rurais, destacando-se o Sul com uma taxa de -2,5% a.a., refletindo o esgotamento da fronteira agrícola do Paraná.

O Sudeste, particularmente São Paulo, já havia apresentado diminuição em sua população rural, em números absolutos, em 1970. No período 1980-91, à exceção da Região Norte, todas as demais registraram taxas negativas de crescimento da população rural; essa tendência continuou nos 90, acentuando-se este ritmo de crescimento negativo no Nordeste (que de uma taxa de -0,3% a.a., entre 1980-91, passou para -1,4% a.a., no período 1991-96), provavelmente em função da intensificação do êxodo rural, e no Centro-Oeste (de -1,05% a.a. e -1,5% a.a., respectivamente) tanto em decorrência da evasão da população rural quanto do menor volume de migrantes para a zona rural desta região.

O rápido crescimento das áreas urbanas apontava, até os anos 70, que o campo não só crescia menos que a cidade, como também começava a sofrer um processo de esvaziamento populacional; entre 1960 e 1980 aproximadamente 30 milhões de brasileiros deixaram as áreas rurais.

Esse fenômeno de transferência de população era indicativo das mudanças, ou ausência delas, na estrutura produtiva rural e urbana, incluindo-se aí a estrutura da propriedade fundiária. O processo de modernização agrícola, intensificado a partir de meados da década de 60, provocou uma forte concentração de terra que, aliada ao esgotamento das fronteiras agrícolas, conduziu "a população migrante a se dirigir para as cidades, e cidades cada vez maiores" (Martine, 1987:29), com o crescente fenômeno da metropolização dos espaços urbanos de maior porte.

Assim, o processo de urbanização no Brasil foi marcado por enormes deslocamentos populacionais do campo para a cidade, de curta e de longa distância, gerando a predominância da população residindo em áreas urbanas, que parecia se con-

centrar em aglomerações de maior porte; a população residente nas nove regiões metropolitanas representava 30% da população nacional em 1980, sendo seu crescimento, em conjunto, responsável por mais de 40% do crescimento total verificado no País.

As principais tendências da urbanização e da redistribuição espacial da população brasileira, no período 1940-80, apontaram, portanto, para a multiplicação do número de cidades, para a crescente concentração da população em localidades urbanas de grande porte, principalmente em áreas metropolitanas, e para a concentração da atividade econômica e populacional na Região Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro (Martine, 1987).

Desse modo, os processos de urbanização e distribuição espacial da população brasileira foram marcados por enormes volumes migratórios, alocando e realocando população ao longo, principalmente, dos últimos cinquenta anos. Esse fenômeno da dinâmica demográfica contribuiu para profundas transformações estruturais na sociedade brasileira, destacando sua importante contribuição na passagem para uma sociedade urbano-industrial (Singer, 1973; Lopes, 1973; Lopes e Patarra, 1975; Cano, 1977; Graham e Holanda, 1980; Faria, 1991; dentre outros). A própria configuração do fenômeno migratório, por sua vez, foi decorrente e assumiu características distintas nas várias etapas de desenvolvimento econômico-social do país.

TENDÊNCIAS GERAIS DOS MOVIMENTOS POPULACIONAIS BRASILEIROS NOS ÚLTIMOS 60 ANOS

As tendências gerais dos deslocamentos populacionais no Brasil, ocorridos desde os anos 30 até a década de 70, esteve ancorada, basicamente, nos seguintes eixos: na enorme transferência de população do meio rural para o urbano que, refletindo as distintas etapas do processo de desenvolvimento, contribuiu para o esvaziamento do campo; nas migrações com destino às fronteiras agrícolas; no intenso fenômeno da metropolização e na acentu-

ada concentração urbana.

Algumas dessas características, no entanto, se alteraram já em seguida, no período 1970-1980. Dentre essas alterações, destacam-se particularmente duas: o esgotamento dos deslocamentos com destino às fronteiras agrícolas e a diminuição da migração rural-urbana. O esgotamento da fronteira agrícola se observa já a partir dos anos 60, no Paraná e na região Centro-Oeste; enquanto na Amazônia vai ser observado apenas na primeira metade dos anos 80 (Martine, 1987).

Como já foi apontado, os grandes movimentos migratórios do campo para as cidades vinham ocorrendo com intensidade desde 1930. No período assinalado (1970-80), o menor estoque populacional nas áreas rurais, tanto pelo próprio êxodo rural quanto pela queda da fecundidade no campo, contribuiu para a diminuição no volume dos fluxos rurais-urbanos. Conquanto essas transformações na dinâmica demográfica tenham significativo peso nessa redução da migração rural-urbana, deve-se considerar que a retenção desse fluxo rural no meio urbano do mesmo município, independente de seu porte, também colaborou para a diminuição nesse contingente migratório em direção às grandes cidades.

Nos anos 70, por outro lado, iniciava-se a intensificação dos deslocamentos populacionais do tipo urbano-urbano. Nesse período, cerca de 25 milhões de brasileiros declararam ter mudado, pelo menos uma vez, de município de residência, onde o fluxo urbano-urbano passou a responder por 46,7% dos movimentos migratórios intermunicipais no País (Cunha, 1999). Dentre esses fluxos destacam-se principalmente aqueles intrametropolitanos, reforçando as vertentes da metropolização e da concentração da população em aglomerações de maior porte.

O cenário da distribuição espacial da população brasileira a partir dos anos 60, segundo Martine e Camargo (1984), foi movido por forças centrífugas, com a expansão populacional (migrações inter-regionais) rumo às áreas de fronteiras, e por forças centrípetas, com a migração rural-urbana em direção às grandes cidades do Sudeste, particularmente para a Região Metropolitana de São Paulo³. Já no bojo

desta bipolaridade, fazia-se notar as forças de reforço à concentração, com a emigração das áreas de fronteiras agrícolas em direção às cidades maiores.

Nesse contexto, a urbanização nacional operava-se em moldes cada vez mais concentradores, levando ao estabelecimento de um processo de distribuição da população que tendia a privilegiar os grandes centros urbanos do Sudeste. No entanto, as forças centrífugas, resultantes da força de atração exercida pelas fronteiras agrícolas, já haviam acentuado sua perda de importância nos anos 70 (Martine, 1987), muito embora seus desdobramentos tenham ainda se refletido, nos anos 80 e início dos 90, nos movimentos migratórios. Já as forças centrípetas, em especial a exercida pela metrópole de São Paulo, arrefeceram a partir dos anos 80, porém não desapareceram (Baeninger, 1999). De fato, as mudanças recentes no processo migratório nacional tiveram, nos anos 70, o deslançar de suas transformações.

No contexto dos deslocamentos interestaduais (que incluem os movimentos intra-regionais e os inter-regionais), apesar da centralidade migratória no Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro foram os dois estados dessa Região que já haviam assistido a uma redução em seus volumes de imigrantes dos anos 70 (Cunha, 1999) para os 80⁴. O Rio de Janeiro passou de um volume de 855.230 migrantes, no período 1970-1980, para 576.399, no de 1981-1991; São Paulo que havia registrado uma imigração de 3.250.889, nos 70, baixou esse volume para 2.679.169 migrantes, no 1981-1991. Portanto, dos anos 70 para os 80, São Paulo perdeu peso relativo na distribuição da imigração nacional: de 33,9% para 25,2%. O Sudeste, então, que chegava a ter um movimento migratório que envolvia quase 5 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1981-1991.

Assim, ainda que mantendo a primazia dos destinos da migração sobretudo nordestina, diminuíram significativamente os fluxos migratórios com origem no Paraná e Minas Gerais em direção à Região Metropolitana de São Paulo. Nesse contexto, compondo um movimento mais amplo de distribuição populacional, esta área, ao mesmo tempo que ainda se mantém como

o maior centro de recepção migratória, passou também a se destacar pela importância de seu volume emigratório: em nível nacional (particularmente no que se refere a migração de retorno com destino ao Nordeste, ao Paraná e a Minas Gerais); em direção ao Interior paulista; e em direção a sua periferia metropolitana. Nesse sentido, a metrópole paulista vem emprestando novas características ao processo de distribuição espacial da população, redefinindo alguns aspectos da migração interna.

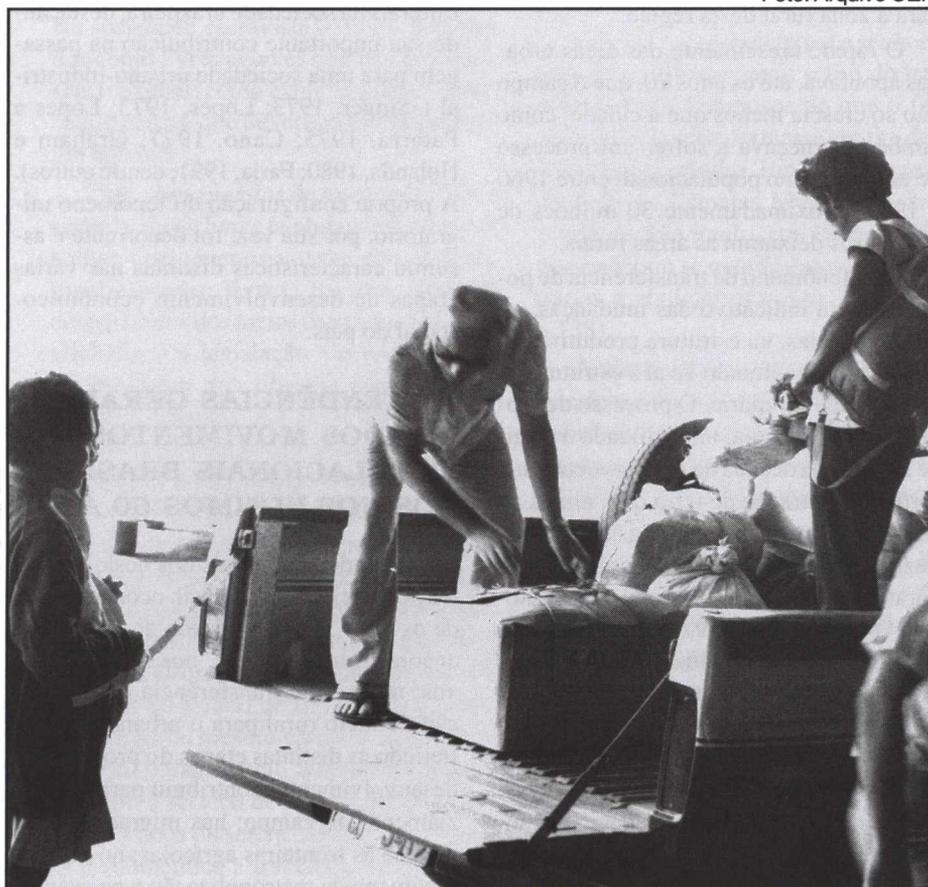
O NOVO PERFIL DA MIGRAÇÃO INTERNA

No âmbito dos movimentos migratórios entre as Grandes Regiões, o início dos anos 90 tendeu a consolidar as transformações na dinâmica migratória brasileira, com o fortalecimento de duas vertentes complementares do atual processo de distribuição espacial da população: de um lado, a continuidade da centralidade do Sudeste no processo migratório nacional,

bem como de seu expressivo refluxo populacional aos estados de nascimento; de outro lado, o prosseguimento da redução no ímpeto das migrações de longa distância.

As migrações internas no Brasil, nas últimas décadas, foram marcadas por expressivas alterações em sua dinâmica, que se refletem nas novas especificidades e tendências do processo de distribuição espacial da população. A menor pressão dos grandes movimentos rurais (o êxodo rural dos anos 80 foi da ordem de 10,6 milhões de pessoas) para os centros urbanos de maior porte e o próprio patamar em que se encontra o processo de urbanização, vêm contribuindo para a predominância do movimento urbano-urbano, onde emergem e se reforçam variadas modalidades de deslocamentos populacionais. Ao lado dos tradicionais fluxos migratórios, passam também a se sobressair outras direções - movimentos de curta distância, movimentos de retorno, movimentos intra-regionais - onde novas dimensões da migração, em particular a espacial, passam a constituir

Foto: Arquivo CEM



elemento explicativo e determinante do fenômeno migratório. Ou seja, o fenômeno migratório adquire características particulares dependendo dos espaços onde se processa.

Nesse sentido, as alterações nas diferentes intensidades e espacialidades que envolvem os movimentos migratórios marcam as características recentes do processo de distribuição espacial da população no País. Essas transformações, no entanto, nem sempre são apreendidas no âmbito das tendências mais gerais⁵, necessitando de estudos que aprofundem situações específicas.

As tendências recentes dos movimentos migratórios no Brasil têm suscitado análises que, mesmo com diferentes maneiras de interpretar o fenômeno, indicam, de modo geral, a partir dos anos 80, a inflexão no crescimento metropolitano, o aumento nas migrações de curta distância, a importância da migração de retorno, o esgotamento da migração para as fronteiras agrícolas, a diminuição no ímpeto das migrações inter-regionais (Martine, 1984, 1987, 1994; Martine e Carvalho, 1989; Brito, 1997; Cunha, 1999; Pacheco e Patarra, 1998 e Baeninger, 1999). Esteve ainda presente, no debate, os possíveis efeitos migratórios advindos do processo de desconcentração das atividades econômicas e da crise econômica dos anos 80.

Tendo presente essas mudanças e tendências, é preciso que se considere a própria espacialização dos movimentos migratórios, possibilitando apreender processos recentes da dinâmica migratória. Segundo Baeninger (1999:60) "os movimentos migratórios do final dos anos 80 para o início dos 90 apontaram mudanças significativas no processo de distribuição espacial da população brasileira:

1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; com isso mantiveram-se, como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;

2) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de espaços que perdem população no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos, com des-

taque para o interior da Bahia;

3) a migração de retorno, particularmente com origem em São Paulo, para o Nordeste, Minas Gerais e Paraná revela a nova face do processo migratório da maior metrópole do País;

4) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se "ganhadores" de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos: foram 21 os estados que se configuraram como áreas de absorção migratória, no período 1991-1996, em um desses contextos (ou em ambos)".

No novo perfil da mobilidade espacial da população brasileira, destaca-se ainda especificidades do fenômeno migratório na metrópole paulista. Ao mesmo tempo em que se mantém como destino primaz das migrações internas no País, apesar da lenta diminuição no volume de nordestinos, a cidade de maior concentração urbana nacional passou, a partir dos anos 80, a perder população para:

* o interior de São Paulo (com um fluxo emigratório de cerca de 600 mil pessoas e uma perda populacional de 289 mil pessoas);

* para os demais estados do Sudeste (onde a cidade de São Paulo chega a perder mais de 11 mil pessoas, entre 1986-1991), particularmente para Minas Gerais;

* para as regiões Sul (com uma perda populacional de 27 mil pessoas para o Município de São Paulo e em torno de 11 mil para a metrópole em seu conjunto);

* para o Centro-Oeste (cerca de 17 mil, a RMSP);

* além da continuidade das perdas populacionais para os municípios metropolitanos periféricos iniciadas nos anos 70; nos anos 80, apenas 4% do movimento intrametropolitano (923.841 pessoas) teve como destino o Município de São Paulo.

Voltada, no entanto, para o processo de reestruturação produtiva, a Região Metropolitana de São Paulo já vem manifestando, a partir do final dos anos 80, uma das características demográficas mais marcantes do processo de globalização: a entrada de imigrantes estrangeiros, assunto que será abordado mais adiante.

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS RECENTES

Migrações de brasileiros para países estrangeiros

A partir dos anos 50, encerra-se a nossa tradição histórica de 'país acolhedor', com a entrada de imigrantes limitando-se aos poucos técnicos especializados que para cá vieram trabalhar (Trento, 1989). No período de governos militares e ditatoriais da América Latina, a partir dos anos 60, ao tempo em que saíram cerca de 3 mil brasileiros como exilados políticos para outros países (Sales, 1991) - principalmente Argentina e Chile na América Latina, França e Portugal na Europa -, também para cá vieram exilados da América Latina. Esses eram contudo movimentos migratórios de pequena expressão numérica, tanto dos exilados latino-americanos que chegaram quanto dos exilados brasileiros que saíram. Observou-se também, nesse período pós-1950 até os anos 70, que os emigrantes registrados eram, geralmente, os imigrantes estrangeiros do começo do século ou seus descendentes, que retornavam às suas áreas de origem na Europa (Alvim, 1986), ou então bolsistas, profissionais, ou o caso dos exilados já referido.

Assim, até o Censo Demográfico de 1980, os demógrafos trabalhavam os dados populacionais considerando a população brasileira uma população fechada, ou seja, seu crescimento dependia apenas dos níveis de mortalidade e fecundidade, uma vez que era bastante pequena a participação da população estrangeira no total da população nacional: 0,77%, em 1980, contra 5,1%, em 1920.

A partir de meados dos anos 80, no entanto, a migração internacional, principalmente a emigração, deixou de ser um fenômeno isolado, que envolvia número limitado de pessoas e em circunstâncias específicas, tal como os exilados, e passou a se configurar como uma questão social e demográfica (Patarra, 1995 e 1996). Esses novos movimentos migratórios internacionais de brasileiros foram analisados por Sales (1992) pela ótica dos deslocamentos populacionais crescentes e diversificados que ocorrem predominantemente de países pobres para países ricos e es-

tão ligadas à dinâmica recente do capitalismo, caracterizada pela globalização da produção, apoiada que está na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo (Harvey, 1992).

Pela ótica demográfica, essas novas migrações internacionais podem ser vistas como uma compensação para os países com populações envelhecidas pelas baixas ou negativas taxas de crescimento vegetativo da população. Os imigrantes trariam essa compensação não apenas pela sua presença jovem (em geral migram os que estão na idade economicamente ativa), como pela sua maior taxa de fecundidade. Esse é, aliás, um dos mais fortes dilemas das migrações internacionais em nossos dias: pelo lado econômico e demográfico há interesse por parte dos países ricos em trazer imigrantes dos países pobres, enquanto pelo lado sócio-cultural há um movimento oposto de rejeição desses imigrantes, pela dificuldade de convivência com as diferenças, sobretudo as diferenças étnicas. Os movimentos de xenofobia são a expressão mais visível dessas dificuldades atuais de conviver com as diferenças.

Voltando ao caso brasileiro, uma das questões que vieram à tona a propósito desse fenômeno inédito da emigração de brasileiros para os países estrangeiros, foram as suas causas, que em geral são associadas ao período em que se iniciaram essas migrações. No censo americano, por exemplo, é possível identificar que os anos de maiores incidências de imigrantes brasileiros chegados aos Estados Unidos foram os anos de 1987, 1988 e 1989. Uma pesquisa amostral realizada em Governador Valadares em 1997 também aponta esses três anos como os de maior emigração de brasileiros daquele município para países estrangeiros (Sales, 1999). Outros estudos para o Japão também confirmam essa tendência (Klagsbrunn, 1995), apontando os primeiros fluxos a partir de 1985, com rápida expansão para os anos 90.

Todas as pesquisas até agora realizadas apontam a segunda metade dos anos 80 como o período em que se desencadearam as migrações de brasileiros para o exterior, correlacionando então essas migrações com o período de crise econômica que

atravessou o Brasil nos anos 80, caracterizado esse período na América Latina como "década perdida" (Sales, 1995; Goza, 1992; Margolis, 1994; Patarra & Baeninger, 1999; Bogus, 1995; Klagsbrunn, 1996; Carvalho, 1996). Sales aponta ainda que os três últimos anos da década dos 80 podem ser caracterizados como o *triênio da desilusão*, quando ocorreram pelo menos três planos econômicos tentando em vão debelar a inflação e seus efeitos perversos sobre a economia brasileira. "A desilusão com o Plano Cruzado foi possivelmente a maior delas, por ter sido maior a esperança depositada em um novo governo, uma nova república, uma nova democracia. É o ano em que mais emigram valadarenses, em 1987" (Sales, 1999: 32-33). Outro motivo relacionado ainda com o impulso inicial dessas emigrações de brasileiros é a busca de ascensão social que lhes foi negada no Brasil (Fausto, 1995).

É importante considerar também o outro lado da emigração dos brasileiros, ou seja, o lado dos países para os quais emigram. O caso do segundo fluxo de emigrantes brasileiros em volume, que é o vizinho Paraguai, é o que tem mais especificidade em relação aos demais, não apenas por ter se iniciado anteriormente aos anos 80, como por ter sido uma migração de populações rurais que caracterizam quase que um movimento de expansão da fronteira agrícola. Esse assunto será retomado na última sessão desse artigo. O caso da emigração de dekasseguis para o Japão, se por um lado compare com os demais fluxos a periodização dos anos 80, também tem suas especificidades. Tal como a migração para o Paraguai, também a do Japão foi inicialmente impulsionada por estímulos e programas especiais por parte do país de destino. Sua especificidade maior reside no fato de ser uma migração totalmente legal, o que não acontece em relação a maior parte dos demais fluxos migratórios desse período.

O volume de emigrantes é uma questão importante e de difícil mensuração. Carvalho (1996) e Oliveira et alii (1996) elaboraram estimativas, chegando a resultados bastante próximos: 1,4 milhões de brasileiros no exterior, segundo a hipótese mais baixa, e 2 milhões, na hipótese mais

alta. Nesse mesmo ano, o Ministério das Relações Exteriores fez um levantamento em seus consulados no exterior e também chegou a cifra de 1,5 milhões de emigrantes. Por esses dados do Ministério das Relações Exteriores, essa população tem se direcionado em maior proporção para os Estados Unidos (38%), seguido do Paraguai (30%), do Japão (13%) e de vários países da Europa, que no conjunto representam cerca de 11%.

Com relação a mensuração do fenômeno no Japão, Sasaki (1999) utilizou dados bastante precisos do Departamento de Controle de Imigração do Ministério da Justiça do Japão, onde é demonstrado que houve um crescimento da imigração num curto espaço de tempo: em 1988 havia pouco mais de 4 mil brasileiros no Japão, passando para pouco menos de 15 mil em 1989, sendo que, a partir de então, o crescimento foi muito acentuado, conforme pode ser visto nos números arrolados a seguir:

1988	4.159
1989	14.528
1990	56.429
1991	119.333
1992	147.803
1993	154.650
1994	159.619
1995	176.440
1996	201.795
1997	233.254

O pequeno aumento no número de registros entre 1993 e 94, cerca de 5 mil, poderia estar relacionado, segundo a perspectiva de Klagsbrunn (1998), que também analisou essa evolução de imigrantes brasileiros no Japão em anos recentes, à conjuntura favorável do mercado brasileiro. Apesar do Japão não ter tido nos anos 90 o mesmo crescimento econômico da década anterior, a emigração de brasileiros foi crescente, o que pode ser interpretado como um típico efeito da consolidação das redes nesse fluxo migratório. Nota-se que o maior crescimento se dá de 1996 para 1997, com o aumento de 30 mil registros.

Considerando os 20 mil brasileiros com nacionalidade japonesa que não são computados nesse registro, chega-se à cifra de

250 mil imigrantes brasileiros no Japão, que corresponde ao mesmo volume de japoneses emigrados do Japão para o Brasil em 90 anos de migrações (Klagsbrunn, 1998).

As principais pesquisas realizadas sobre esses fluxos de migrações internacionais de brasileiros, cujos resultados foram publicados nos livros e artigos citados nessa sessão do artigo, demonstram que o perfil do emigrante internacional brasileiro (com exceção da migração Brasil-Paraguai, que será tratada na próxima sessão), é constituído de jovens de classe média, detentores de nível médio de escolaridade, que no Brasil eram comerciários, bancários, professores de Escolas Primárias e Secundárias, estudantes, e, no caso dos emigrantes Brasil-Japão, eram além disso também empreendedores na agricultura, no comércio e nos serviços. Os dados da pesquisa amostral em Governador Valadares demonstram ainda que, na emigração proveniente daquele município de Minas Gerais, há diferenciações segundo sexo, observando-se, por exemplo, que os rapazes migram antes das moças e que essas, embora migrando também jovens, fazem-no em uma faixa etária mais avançada que a dos rapazes (Fusco, 2000).

Os imigrantes brasileiros que vão para os Estados Unidos se dirigem principalmente para Miami, Nova York e o Estado de Massachusetts, sendo que nesse último estão sobretudo na região metropolitana de Boston. Estudando esses imigrantes nessa última região, Sales (1999) observou que eles tinham uma visibilidade pública bem diferente daquela dos brasileiros imigrantes pesquisados por Maxine Margolis alguns anos antes em Nova York, os quais essa autora havia caracterizado como uma "população invisível" (Margolis, 1994). Em um dos municípios da região metropolitana de Boston, Framingham, Sales observou que os imigrantes brasileiros residem nos bairros mais pobres e etnicamente ocupados previamente pelos operários irlandeses e italianos, e mais recentemente pelos hispânicos, com quem dividem hoje o lado sul da cidade. Nesse espaço, os brasileiros tornaram-se visíveis sobretudo pela sua posição de destaque no comércio étnico do Centro daquela cidade, onde se vê por toda parte o verde/amarelo

da bandeira brasileira, que tem dado a marca das casas de negócio de brasileiros naquele país, e que saiu às ruas da cidade reforçando aquela visibilidade, quando dos jogos e da vitória final do Brasil na Copa do Mundo de 1994.

Os brasileiros imigrantes tanto nos Estados Unidos, quanto no Canadá, na Europa e no Japão, caracterizam um fluxo migratório laboral, inserindo-se no Setor Secundário do Mercado de Trabalho (Piore e Doeringer, 1971; Gordon, 1982; Portes, 1981; Piore, 1979). Dentre as ocupações dos brasileiros imigrantes nos Estados Unidos, destacam-se os trabalhos de limpeza doméstica para as mulheres e de construção e limpeza em firmas e restaurantes para os homens (Sales, 1999, Martes, 1999).

Já no Japão, os brasileiros imigrantes inserem-se sobretudo no setor industrial, contratados por pequenas empresas (subcontratadas das grandes empresas montadoras), onde não há perspectiva de carreira ou ascensão profissional, sendo essa falta de perspectiva de ascensão na carreira justamente uma das principais características do Setor Secundário do Mercado de Trabalho. Com a continuidade do fluxo para o Japão, os brasileiros passaram a se inserir também em empregos não-qualificados do setor serviços, tais como o setor alimentício, supermercados e hospitais (Sasaki, 1999).

O fato do fluxo migratório internacional de brasileiros ser muito recente tem algumas consequências. Inicialmente, como costuma acontecer com a maior parte dos fluxos migratórios recentes, os brasileiros emigrantes têm como objetivo principal apenas juntar dinheiro no país de destino para melhorar sua situação de vida no Brasil. Vão para "buscar a casa" (juntar dinheiro para comprar sua casa própria na volta ao Brasil) ou para abrir um negócio na volta. Muitos de fato trouxeram sua casa, outros (em menor quantidade) se deram bem na volta, abriram novos negócios ou expandiram o que já tinham, conforme muitos depoimentos recolhidos em pesquisas realizadas nos locais de origem no Brasil (Oliveira, 1999; Sasaki, 1999; Assis, 1999; Sales, 1999).

Essa situação vai mudando porém com o passar do tempo. Nesse sentido, a pes-

quisa de Sales (1999) constata, entre os brasileiros de Boston, uma redefinição de sua intenção de permanência. Mesmo que planejem "um dia" voltar ao Brasil, estão ficando por lá, solidificando raízes, trocando a remessa ao Brasil por gastos e investimentos lá mesmo, sobretudo na compra da casa própria e na abertura de negócios, ao ponto em que, hoje, já se pode afirmar que o imigrante brasileiro faz parte da história imigratória daquele país tão diverso.

Fronteiras e Mercosul

As fronteiras do Brasil com seus vizinhos Latino-Americanos têm pouca visibilidade e importância, se comparadas às fronteiras de alguns países europeus ou mesmo à fronteira do México com os Estados Unidos. Passaram a ter maior peso em termos migratórios com os Brasiguaios e com o Mercosul.

Os movimentos migratórios fronteiriços têm sido muito pouco estudados e constituem um tipo de deslocamento emergente em nosso país (Patarra, 1995). Segundo o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (1991) existem 16 áreas de fronteiras que envolvem desde a Guiana Francesa, Guiana, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Paraguai, Argentina até o Uruguai. Os principais pontos de saídas do Brasil são: Bonfim (Roraima) - Lethem (Guiana); Tabatinga (Amazônia) - Letícia (Colômbia); BV8 (Roraima) - Santa Elena do Uiaen (Venezuela); Santana do Livramento (Rio Grande do Sul) - Rivera (Uruguai); Barra do Quaraí (Rio Grande do Sul) - Bella Union (Uruguai). Essas áreas envolvem cerca de 2 milhões de pessoas (CSEM, 1991).

Os fluxos migratórios de fronteira ao Sul do Brasil, ou seja, com o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, têm muito a ver com o processo de valorização de terras nesses países e por isso é uma migração sobretudo de proprietários rurais ou empresários agrícolas em busca de terras mais baratas para produzir ou especular; ou, em maior parte, é uma migração de trabalhadores rurais ou pequenos produtores que foram desapropriados pelo processo de modernização e tecnificação da agricultura, sendo esses movidos pela busca de condições de subsistência.

No caso específico do Paraguai, a po-

lítica explícita da era Stroessner para favorecer a ocupação territorial e o desenvolvimento agrícola daquele país, caracterizou-se pela abertura aos países vizinhos. Assim, no final da década dos 80, houve um intenso movimento de compra de terras no Paraguai por parte de proprietários rurais e empresários brasileiros, o que foi uma das bases para o maior movimento migratório transfronteiriço brasileiro: a migração dos brasiguaios (Sales, 1995).

São muito imprecisas as cifras a respeito do fluxo migratório Brasil-Paraguai, variando entre 300 mil e 500 mil o total do contingente que teria emigrado do Brasil rumo ao Paraguai somente durante o período do governo Figueiredo (1979-1985). O Censo Demográfico paraguaio de 1992 registra 112 mil o número total de brasileiros residindo naquele país, enquanto os movimentos sociais ligados à igreja católica estimam em 500 mil esse contingente (Sales, 1996). No cômputo dos novos movimentos de emigração brasileira para outros países, o Paraguai está em segundo lugar, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Com o MERCOSUL, esses movimentos tendem a se intensificar, inclusive passando-se a mais uma modalidade de deslocamento: os movimentos transfronteiriços, envolvendo espaços descontínuos entre dois países (Pellegrino, 1995), uma vez que a própria criação do bloco econômico compreende o trânsito livre de trabalhadores entre os distintos países que o compõe; de acordo com o Centro de Estudos Migratórios de Porto Alegre viviam no Brasil, em 1990, cerca de 5 milhões de latinos, a grande maioria em situação irregular.

As Novas Imigrações para o Brasil

Na entrada recente de estrangeiros no país, destacam-se aqueles com origem na Ásia (especialmente, a imigração de coreanos) e na América Latina (bolivianos e peruanos), fluxos onde predomina como destino a cidade de São Paulo.

No primeiro caso, ou seja os imigrantes coreanos (Galetti, 1995), a primeira leva oficial chegou em 1962, com a aprovação e apoio do governo militar da Coreia do Sul, constituída por 103 coreanos. Esta



Foto: Sidney Silva

foi a semente de um processo migratório que continua até hoje, caracterizado pela clandestinidade ou não. A partir de 1963, chegaram outras cinco levas oficiais, para trabalharem na lavoura. Já, em 1969, no entanto, a maioria desses imigrantes tinham abandonado as áreas rurais; esse êxodo rural dos coreanos levou os governos do Brasil e da Coreia do Sul a proibirem a imigração agrícola a partir de 1969.

Os vistos concedidos aos coreanos, nos anos 70, corresponderam a entrada de técnicos coreanos de nível superior com emprego garantido. Assim, impossibilitados de entrarem legalmente, os coreanos começaram a chegar no Brasil via Bolívia e Paraguai, iniciando os fluxos de imigrantes marcados pela clandestinidade (Galetti, 1995).

Residentes na área urbana, predominantemente, a partir de 1975 as confecções coreanas começaram a se multiplicar, tendo estas se constituído na base de atividades dessa comunidade em São Paulo. No atual sistema de produção no ramo de confecções, os coreanos têm pequenas oficinas de costura, onde residem e empregam seus funcionários, pagando-os por peça produzida. Parte desses empregados é formada por coreanos clandestinos chegados recentemente, e a outra parte, por bolivianos, também ilegais.

Assim, a imigração boliviana, iniciada nos anos 50 e engrossada a partir dos 70, particularmente na década de 80, passou a substituir o trabalho dos recém-chegados coreanos nas indústrias de confecção. Marcada pela ilegalidade, o fluxo de boli-

vianos vem crescendo, uma vez que há também uma substituição entre os próprios conterrâneos: o imigrante boliviano ilegal substituiu o imigrante coreano recente, sendo que, a partir do momento que os primeiros tornam-se documentados esses passam a contratar e explorar os serviços dos bolivianos ilegais.

Essa imigração estrangeira revela uma das características que marcam o cenário das cidades globais no atual processo de reestruturação produtiva internacional. Sassen (1988:4) destaca que essas localidades são centros privilegiados da economia capitalista transnacional, que "representam lugares específicos, espaços da estrutura social, da dinâmica interna e da nova ordem global". Portanto, detendo a maior fatia do dinamismo econômico, essas áreas tendem a concentrar essa nova imigração.

Dentre os estrangeiros que entraram no Brasil, particularmente a partir dos anos 80, destacam-se ainda os angolanos. Ribeiro (1996:128) aponta que esta imigração recente "caracteriza-se pelo fato de os imigrantes assumirem o caráter de refugiados (...) uma parte vem sob a condição de estudante e, portanto, está legal". Esse fluxo de angolanos é marcado pela imigração de jovens, solteiros, estudantes de classes mais favorecidas em seu país de origem. "Outra parte vem como turista e permanece no Brasil ilegalmente" (Ribeiro, 1996:131). Nesse último caso, os imigrantes vivem de exportações para Angola de pequenas quantidades de bens de primeira necessidade, concentrando-se nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, na passagem para um novo século, tal como há cem anos atrás, o País volta a receber novos fluxos de imigrantes estrangeiros que vêm trabalhar em nosso país. Agora, no entanto, esses novos movimentos migratórios internacionais estão inseridos num contexto de globalização, são marcados predominantemente pela clandestinidade e se direcionam sobretudo para o contexto metropolitano, tal como a cidade de São Paulo.

* *Teresa Sales e Rosana Baeninger são pesquisadoras do NEPO-Núcleo de Estudos de População e Professoras do Dpto. de Sociologia, ambos da UNICAMP.*

NOTAS

- 1- Hoje em dia, sobretudo com o surgimento dos movimentos negros, essa entrada de escravos é mais apropriadamente caracterizada como um êxodo, ou um movimento migratório forçado.
- 2- Deve-se mencionar que esse contingente refere-se aos migrantes estrangeiros **registrados** no País.
- 3- Em Pacheco e Patarra (1998) encontra-se uma resenha sobre as migrações internas e industrialização no Brasil.
- 4- Tanto para os anos 70 como para os 80, nos volumes migratórios interestaduais incluem-se os migrantes não-naturais e os de retorno aos estados de nascimento.
- 5- Em função até do próprio recorte geográfico que se utiliza nas análises, uma vez que - principalmente no caso das Grandes Regiões - tenderá a predominar os movimentos migratórios tradicionais, reforçando o caráter da concentração da migração; esse é o caso, particularmente, do fluxo Nordeste-Sudeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Z.
(1986) **Brava Gente! Os italianos em São Paulo**, São Paulo, Brasiliense.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira
(1999) "Estar aqui...estar lá...uma cartografia da emigração valadarense para os EUA". In: REIS, Rossana Rocha e SALES, Teresa - **Cenas do Brasil Migrante**, São Paulo, Boitempo Editorial.
- BAENINGER, R.
(1999) Região, Metrôpole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes, Brasil: 1980-1996. **Tese de Doutorado**. IFCH/UNICAMP, Campinas.
- BALÁN, J.
(1974) Migraciones e desarrollo capitalista en el Brasil: ensaio de interpretación histórico-comparativa. **Migración y Desarrollo**, CLACSO.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo
(1995) "Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico". In: PATARRA, Neide Lopes (coord.) **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**, São Paulo, FNUAP.
- BOGUS, Maria Lúcia M.
(1995) "Migrantes Brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar". In: PATARRA, N.L. (coord.) **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, FNUAP.
- BRITO, F.
(1995) Os povos em Movimento: as migrações internacionais recentes no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N.L. (coord.) **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, FNUAP.
- CANO, W.
(1977) **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**, 2 ed. São Paulo: TA Queiroz.
- CARVALHO, J. A.M.
(1996) O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N.L. (coord.) **Migrações Internacionais - Herança XX, Agenda XXI**. São Paulo, FNUAP.
- CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS
(1991), **Emigrar: opção ou necessidade?** Ano 1, n.2, Brasília.
- CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS
(1992) **Relatório Anual de Atividades**, Brasília.
- CORDEIRO, H. K.
(1993) A "cidade mundial" de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, M., et al. **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização**. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR.
- CUNHA, J. M. P. (coord.)
(1999) **Projeto "Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização"**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 273p. (Relatório Final)
- FARIA, V.
(1991) Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP 29**, São Paulo, p.98-119, março.
- FAUSTO, Boris
(1991) **Historiografia da Imigração para São Paulo**, São Paulo, Sumaré.
- FUNDAÇÃO IBGE
(1997) **Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO IBGE
(1995) **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro, PNAD.
- FUNDAÇÃO IBGE/DPE/DPIS/DICAD/DEMOG
(1997) **Movimentos migratórios segundo o Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, (mimeo)
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ATIVIDADES EM POPULAÇÃO (FNUAP)
(1992) **A situação da população mundial 1992**. New York.
- FUSCO, Wilson
(2000) **Diferenciais por sexo nas migrações internacionais**, texto apresentado no Congresso ABEP.
- GALETTI, R.
(1995) Migrantes estrangeiros no balanço de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, N.L. (coord.) **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, FNUAP.
- GORDON, David M.
(1982) **Segmented work, divided workers - The historical transformation of labor in the United States**, Cambridge University Press.
- GOZA, Franklin
(1992) "A imigração brasileira na América do Norte". **Revista Brasileira de Estudos de População**, V. 9, N. 1, Jan/jun.
- GRAHAM, D. e BUARQUE DE HOLLANDA, F.S.
(1971) **Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analyses of the historical record, 1972-1970**. S. Paulo, IPEUSP.
- GRAHAM, D., HOLANDA, S. B.
(1980) As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. **Migração interna**. Fortaleza: BNB-ETENE.
- HARVEY, David
(1993) **A Condição Pós-Moderna**, São Paulo, Loyola.
- IANNI, O.
(1999) Cidade e modernidade. In: SOUZA, M. A., et al (orgs.). **Metrôpole e globalização conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo, Ed. CEDESP.
- KLAGSBRUNN, V.H.
(1996) Globalização da economia mundial e

- mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. In: PATARRA, N.L. (coord). **Migrações Internacionais – Herança XX, Agenda XXI**. São Paulo, FNUAP.
- KLAGSBRUNN, V.H.
(1998) "Globalização e Mercado de Trabalho: os brasileiros no Japão". **Seminário Cairo + 5**. CNPD/NEPO-UNICAMP.
- KLEIN, Herbert S.
(1999) "Migração Internacional na História das Américas". In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- LATTES, A. E.
(1998) Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: **Population, distribution and migration**. New York : United Nations.
- LEVY, M.S.F.
(1973) O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). **Revista de Saúde Pública**. Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, Suplemento, jun.
- LOPES, J. e PATARRA, N. L.
(1975) Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. **Cadernos CEBRAP 20**, São Paulo.
- LOPES, J. R. B.
(1973) Desenvolvimento e migração: uma abordagem histórico-estrutural. **Novos Estudos CEBRAP 6**, São Paulo.
- MARGOLIS, Maxine
(1994) **Little Brazil: Imigrantes Brasileiros em Nova York**, Campinas, Papirus.
- MARTES, Ana Cristina Braga
(1999) **Brasileiros nos Estados Unidos**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTINE, G. DINIZ, C. C.
(1989) **Economic and demographic concentration in Brazil**: recente inversão de historical patterns. Índia : IUSSP, 1989. (Trabalho apresentado no Seminário on Urbanization in Large Developing Countries).
- MARTINE, G.
(1987) Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 1(2), p.28-31, jul./set.
- MARTINE, G.
(1992) Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. **Documento de Trabalho 11**, Brasília, Instituto SPN, 29p.
- MARTINE, G. e CAMARGO, L.
(1984) Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, 1(2), p.99-143, jan/dez.
- MARTINE, G. e CARVALHO, J. A. M.
(1989) **Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais**. Campinas : UNICAMP. (Trabalho apresentado no seminário Brasil Século XXI)
- MARTINE, G.
(1994) A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para Discussão 329**, Brasília, IPEA, 43p.
- MARTINE, G.
(1980) Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (coord.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza : BNB.
- MARTINE, G.
(1990) As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. **História e População – Estudos sobre a América Latina**. ABEP/IUSSP/CELADE. São Paulo.
- MERRICK, T. e GRAHAM, D.
(1979) **Population and economic development in Brazil, 1800 to the present**. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- MÜLLER, G.
(1985) **A dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo : Fundação SEADE, v.2. (Série S. Paulo 80).
- NEGRI, B.
(1996) **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. UNICAMP.
- NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL-(NESUR/UNICAMP).
(1998) Projeto "Caracterização e tendências da rede urbana brasileira". Campinas,out.(Relatório 6)
- OLIVEIRA, O., GARCIA, B.
(1984) Urbanization, migration and the growth of large cities: trends and implications in some developing countries. In: **Population, distribution, migration and development**. United Nations.
- OLIVEIRA, T. et al.
(1996) Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N.L. (coord). **Migrações Internacionais – Herança XX, Agenda XXI**. São Paulo, FNUAP.
- OLIVEIRA, Adriana Capuano de
(1999) "Repensando a identidade dentro da imigração *dekassegui*" In: REIS, Rossana Rocha e SALES, Teresa - **Cenas do Brasil Migrante**, São Paulo, Boitempo Editorial.
- PACHECO, C. A.
(1998) **Fragmentação da nação**. Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP.
- PACHECO, C.A.. e PATARRA, N. L.
(1998) Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998. **Anais**. Curitiba: ABEP/IPARDES.
- PANIZZI, W.
(1995) Prefácio do Livro **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto.
- PATARRA, Neide (Coord.)
(1995) **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**, São Paulo, FNUAP.
- PATARRA, Neide.(Coord.)
(1996) **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI**. São Paulo, FNUAP.
- PATARRA, N. e BAENINGER, R.
(1999) Migrações Internacionais Recentes: o caso do Brasil (considerações preliminares). In: PELLEGRINO, A. (compiladora). **Migración e Integración – nuevas formas de movilidad de la población**. Ediciones Trilce, Uruguai.
- PELLEGRINO, A.
(1995) Presentación. In: PELLEGRINO, A. (compiladora). **Migración e Integración – nuevas formas de movilidad de la población**. Ediciones Trilce, Uruguai.
- PIORE, M., SABEL, C.
(1984) **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. Nova York : Basic Books.
- PIORE, M.
(1979) **Birds of Passage: Migrant labor and industrial societies**, Cambridge University Press.
- PIORE, M & Doeninger, P.
(1971) **Internal labor market and manpower analysis**. Lxwington, Hearth.
- PORTES, Alejandro
(1981) "Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration". In: Kritz, Keely & Tomasi - **Global Trends in migration: theory and research on international population movements**, New York, Center for Migration Studies.
- RIBEIRO, J. L.
(1996) Migração Internacional Brasil-África: Angola em destaque. In: PATARRA, N. L. (coord.) **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. FNUAP/NESUR-NEPO-UNICAMP.
- SALES, T.
(1995) O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. (coord). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, FNUAP.
- SALES, Teresa
(1996) Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul". **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 13, n. 1, jan/jun.
- SALES, Teresa
(1991) "Novos Fluxos Migratórios da População Brasileira". **Revista Brasileira de Estudos de População**, V. 8, N. 1 e 2, jan/dez.
- SALES, Teresa
(1992) "Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa". **Revista Brasileira de Estudos de População**, V. 9, N. 1, jan/jul.
- SALES, Teresa
(1999) **Brasileiros Longe de casa**, São Paulo, Cortez Editora.
- SALIM, C. A.
(1995) Questão dos Brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, N.L. (coord). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, FNUAP.
- SASAKI, Elisa Massae
(1999) "Movimento *dekassegui* e experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão". In: REIS, Rossana Rocha e SALES, Teresa - **Cenas do Brasil Migrante**, São Paulo, Boitempo Editorial.
- SASSEN, S.
(1998) **As cidades na economia mundial**. São Paulo : Ed. Studio Nobel.
- SASSEN, S.
(1988) **The mobility of labor and capital**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SASSEN, S.
(1990) **The global city**. New Jersey : Princeton University Press.
- SILVA, Sidney A. da
(1997) **Costurando Sonhos: Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo, Ed. Paulinas.
- SIMMONS, A. B.
(1987) **Explaining migration: theory at the crossroads**. Louvain : Université Catholic. (mimeo)
- SINGER, P.
(1973) Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo : Editora Brasiliense.
- TRENTO, A.
(1984) **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana para o Brasil**. São Paulo, Nobel.
- VAINER, C. B.
(1991) Políticas migratórias no Brasil: origens, trajetórias e destinos (um roteiro para discussão no GT de Migrações). In: **Reunião dos Grupos de Trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas: NEPO/UNICAMP, dez.